

## *Dossiê*

QUESTÕES ATUAIS DA PROFISSÃO DOCENTE:  
formação, carreira e condições de trabalho

*PROBLEMAS ACTUALES DE LA PROFESION DE PROFESOR:*  
*formación, carrera y condiciones de trabajo*

CURRENT ISSUES OF THE TEACHING PROFESSION:  
training, career and working conditions

Alejandra Birgin\*  
Dalila Andrade Oliveira\*\*

---

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2020.v2i1n3.14-19>

---

Em tempos de profundas transformações do lugar do Estado, marcada pela internacionalização e intervenção de novos órgãos em políticas públicas, este dossiê visa contribuir com a discussão sobre as mudanças e permanências nas políticas dirigidas à formação e ao trabalho docente em diferentes contextos nacionais. As perguntas que nos orientaram na organização desta proposta, que reúne um conjunto de artigos que tratam de diferentes contextos nacionais foram: quais são as linhas hegemônicas de orientação em âmbito internacional que buscam orientar as políticas dirigidas aos docentes? Em quais princípios se apoiam? Como essas linhas de orientação ou tendências hegemônicas dialogam ou disputam com as diferentes tradições em cada país? Como são interpretadas e reformuladas em termos macro, meso e micro institucionais? Quais são as manifestações de resistência no nível local e em que medida se desenvolvem (ou não) experiências alternativas?

O presente dossiê conta com um grupo de pesquisadores reconhecidos da área educacional que com suas contribuições nos oferecem estudos e análise de algumas das principais políticas que impactam sobre a profissão docente em vigor em diferentes contextos ibero-americanos. O objetivo deste dossiê ao reunir essas reflexões é contribuir para o debate sobre a circulação de políticas educacionais no plano internacional e suas repercussões no nível local, entendido aqui como o contexto nacional. O foco das discussões são as mudanças mais recentes que se observa nas políticas docentes nos diferentes países, especialmente as políticas dirigidas à formação, à carreira e às condições de trabalho docente. Interessa saber, como essas mudanças apresentam ou não coerência com uma agenda educativa internacional que afirma certo protagonismo da questão docente.

Nosso objetivo não é fazer um estudo comparativo, embora sem dúvida o trabalho deste dossiê possa contribuir para isso, o que nos interessa é pôr em debate a dinâmica entre políticas e modelos de formação docente que são elaborados e disseminados internacionalmente, mas que também são construídos localmente, por critérios e disputas de cada sociedade, em quadros interpretativos nos quais são fundadas tradições culturais, valores coletivos, forças políticas, ideologias dominantes, etc. Assim, não se trata de pensar esse movimento como um processo linear que se incrementa exponencialmente a partir das últimas décadas do século passado, e sim, tomar a internacionalização como um processo contingente que depende de contextos econômicos e socioeconômicos específicos (SCHRIEWER; MARTÍNEZ VALLE, 2007).

Nesse sentido, as diretrizes comuns que se espalham mundialmente com os mais recentes processos de globalização mostram em cada país e território processos distintos de recontextualização dentro do quadro de diferentes e específicas tensões, resoluções e produções. Os trabalhos contidos neste dossiê discutem algumas perspectivas sobre e acerca dessas políticas, em especial, como elas são adaptadas pelas instituições locais e, conseqüentemente, abordam "as coerências" e "desvios" que ocorrem em sua implementação. Para tanto, se considera as trajetórias políticas (BALL, 2002b) bem como a interação entre diferentes níveis e registros de ação (ministeriais, técnicos, comunitários, equipes escolares) e, sobretudo, a abordagem das políticas educacionais como uma produção histórica, localizada e não unidirecional.

Nesse sentido, observa-se que as propostas e o desenvolvimento específico das políticas docentes nesses países no século XXI não têm sido alheias às reformas no âmbito do Estado orientadas pela Nova Gestão Pública (NGP) e demandam maiores estudos que levem em conta a trama que se produz no contexto de globalização e em especial as ações dos Organismos Internacionais.

A NGP é um programa de reformas do setor público que, com base em conhecimentos e ferramentas de gestão empresarial, visa melhorar a eficácia e eficiência dos serviços públicos, com forte penetração na agenda global de educação (VERGER; NORMAND, 2015). Busca recolocar as funções governamentais na gestão de serviços, insistindo na gestão técnica do setor público, com estabelecimento de padrões e medidas de desempenho explícitas, ênfase nos estilos de gestão privados e prestação de contas (*accountability*). Estas orientações se reconhecem em um leque amplo de políticas educativas e, muito especialmente, nas políticas docentes. Os discursos sobre o docente gestor de si mesmo, empreendedor, os apelos à meritocracia e à concorrência entre escolas e entre colegas, a obrigação de prestação de contas, o estabelecimento de metas de desempenho, a cultura da auditoria, fazem parte de uma política de responsabilização que pouco a pouco vem se instalando nas unidades educativas. (ANDERSON, 2017; BALL, 2002a; OLIVEIRA, 2018).

O discurso dos Organismos Internacionais fortaleceu e disseminou os postulados da NGP, tendo em alguns casos financiado projetos para seu desenvolvimento (como pode ser constatado nos artigos de Elias e Barreiro e de Bordoli et al neste dossiê). Nesse discurso, a preocupação central pelos resultados de aprendizagem outorga uma responsabilidade protagônica aos professores em relação à qualidade da educação.

Os diversos artigos deste dossiê abordam, assim, alguns temas comuns que atravessam diferentes realidades nacionais: a centralidade da avaliação, as políticas de *accountability* e a responsabilização docente. O que evidencia uma agenda globalmente estruturada para a educação (DALE, 2001).

No que diz respeito à responsabilização docente, o discurso é paradoxal: enquanto argumenta que "uma escola é tão boa quanto seus professores", políticas (e textos de recomendações dos Organismos Internacionais) excluem os professores e suas representações de mesas de negociação e intercâmbio, suas vozes e conhecimentos são ignorados e suas organizações sindicais contestadas. Os artigos sobre políticas docentes no Brasil, Argentina, Paraguai e Portugal mostram isso, portanto, uma política ativa de não reconhecimento é evidente. O caso do Uruguai é diferente, pois desde sua institucionalidade, o sistema educativo uruguaio inclui a participação docente e estudantil no debate dos assuntos educacionais e na tomada de decisão.

As políticas de *accountability* são parte da mesma operação: atribuem centralidade à avaliação para medir a formação e o trabalho docente com dispositivos poderosos e amplos, fortemente difundidos pela OCDE. Essas orientações seguem tendo muita acolhida nos sistemas educacionais nacionais, em

que pese a multiplicidade de publicações acadêmicas que questionam não só as concepções políticas que os sustentam, mas também os problemas estatísticos destes estudos, suas pretensões comparativas e as certezas que se derivam deles (ROCKWELL, 2015). Interessante observar no artigo sobre o Chile, berço latino-americano da parafernália técnica da avaliação padronizada, como as disputas políticas, pedagógicas e técnicas promoveram ensaios de outras formas que, ao mesmo tempo em que não renunciam aos fundamentos da prestação de contas por meio da avaliação de professores e estudantes, utilizam tecnologias sofisticadas e fazem crescer as agências e grupos de especialistas.

Um tema muito presente nos artigos de Portugal e Espanha é a regulação transnacional (BARROSO, 2014) com a criação do Espaço Europeu de Educação Superior por meio do Processo de Bologna e sua incidência nas políticas de formação docente. O que mostra o artigo de Carlos Pires é como também estes processos são traduzidos, permeados, hibridizados com as tradições e práticas próprias de cada país.

Outra questão nodal que alguns artigos apontam é a mudança da agenda da formação (BIRGIN, 2006). Os textos que tratam sobre as diretrizes e disputas em torno da formação de professores em Portugal, Colômbia, Uruguai e Argentina assinalam esta problemática de diferentes formas. Em alguns casos, a questão está intimamente ligada ao deslocamento do debate educacional e escolar do campo da Pedagogia para enfoques voltados à formação centrada na eficiência, conferida pelas diferentes avaliações padronizadas a que os países são submetidos.

As análises históricas acerca da formação docente nos diferentes países tratados neste dossiê, demonstram que desde os anos 1970 está instalado o debate sobre em que nível de educação ela deverá ocorrer. Em alguns países continua vigente um debate entre formação universitária e a formação em nível médio ou normalismo, ainda que assuma outras nomenclaturas. Por exemplo, em países como Uruguai, Colômbia, Espanha, Argentina, Paraguai e Portugal nas últimas décadas a institucionalidade da formação docente tem sido um tema relevante, sob o qual se inclui experimentações pedagógicas diversas. Esses artigos contribuem para o entendimento fundamental em relação à diacronia e à sincronia da profundidade e escopo que esses processos de diversificação e diferenciação institucional da formação docente tiveram no nível superior, reconhecendo as nuances e variações entre os países e o diálogo dessas transformações com tendências mais globais.

O dossiê traz ainda um conjunto de artigos que refletem sobre a profissão docente para além da dimensão formativa, ou seja, que discutem sobre as condições de trabalho e carreira a que esses profissionais estão submetidos, demonstrando que

esta é uma discussão fundamental para compreender importantes dimensões da profissionalidade docente. Os artigos sobre a realidade chilena, peruana e espanhola nos dão uma mostra de como esses temas têm sido tratados em diferentes contextos nacionais.

A pesquisa educacional desempenha um papel fundamental nesse cenário: tornar visíveis as regras e normas que a organizam (POPKEWITZ, 2015), os saberes e experiências que são promovidos e os que são excluídos. O que não resta dúvidas é que estamos frente a novas formas de regulação da formação e do trabalho docente.

## Referências

ANDERSON, Gary. Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. *RBPAAE*, v. 33, n. 3, p. 593-626, set./dez. 2017.

BALL, Stephen. Grandes políticas, un mundo pequeño: Introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas. En: NARODOWSKI, Mariano; NORES, Milagros; ANDRADA, Myriam (Coords.). *Nuevas tendencias en políticas educativas: Estado, mercado y escuela*. Buenos Aires: Granica, 2002, p. 103-128.

BALL, Stephen. Textos, discursos y trayectorias de la política: la teoría estratégica. *Páginas*, Córdoba; año 2, n. 2-3, 19-33, 2002.

BARROSO, João. A regulação do Ensino Superior: transformações em curso. In: PIRES, Ana; VASCONCELOS, António; FIGUEIREDO, Célia; ALVES, Mariana. (Coords.). *Trabalhar (s)em Rede em Educação. Dinâmicas de Cooperação*. Óbidos: UIED/FCT, 2014. p. 27-50.

BIRGIN, Alejandra. Pensar la formación de los docentes en nuestro tiempo. En: TERIGI, Flavia (Comp.). *Diez miradas sobre la escuela primaria*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 267-294.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? *Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, n. 16, p. 133-169, 2001.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 27, n. 53, p. 43-59, set./dez. 2018.

POPKEWITZ, Thomas. La práctica como teoría de cambio. Investigación sobre profesores y su formación. *Profesorado, Revista de Currículum y Formación de Profesorado*, Granada, v. 19, n. 3, p. 428-453, sept./dic. 2015.

ROCKWELL, Elsie. Contradicciones de la evaluación del desempeño docente: lo que muestra la evidencia cuantitativa. *Educación, Formación e Investigación*, v. 1, n. 1, Córdoba, 2015. Disponible en: <http://ppct.caicyt.gov.ar/index.php/efi/article/view/6221/5666> Acceso en: 15 oct. 2019.

SCHRIEWER, Jürgen; MARTÍNEZ VALLE, Carlos. ¿Ideología educativa mundial o reflexión idiosincrática? El discurso pedagógico en España, Rusia (Unión Soviética) y China del siglo XX. *Revista de Educación*, Madrid, n.343, p. 531-557, may./ago. 2007.

VERGER, Antoni; NORMAND, Romuald. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 132, p. 599-622, jul./sep. 2015.

Recebido em: 08 mar. 2020  
Aprovado em: 12 mar. 2020

\*Alejandra Birgin é Professora associada e pesquisadora da Universidad de Buenos Aires. É Diretora da Maestria em Políticas Públicas em Educação da Universidad Pedagógica Nacional (UNIPE). Licenciada em Ciências da Educação (UBA) e Mestre em Ciências Sociais (FLACSO).

E-mail: alebirgin@hotmail.com

\* Dalila Andrade Oliveira é Professora titular de Políticas Públicas em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora Visitante do PPGE/UFPB; Pesquisadora do CNPq e do PPM/FAPEMIG.

E-mail: dalila@ufmg.br